



**AO
ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREFEITO (A) E SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE/SC**

AO Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante/SC

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

A Empresa **LC TRADE & CONSULTING DO BRASIL LTDA**
– **ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ
sob o número 23.438.597/0001-56, sediada a Rua Bruno
Werner Storck, 725, bairro Canudos, na cidade de Novo
Hamburgo/RS, CEP 93544-360, email: licita.lc@gmail.com,
representado pelo seu representante que esta subscreve,
vêm respeitosamente perante Vossa Senhoria apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

com base nos seguintes fatos e direito:

I- DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A abertura dos envelopes está prevista para o dia 04 de JUNHO de 2018. A presente impugnação foi enviada dia 29 de MAIO de 2018 via e-mail, conforme conversado. Portanto, conforme art. 41, § 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, a presente impugnação é tempestiva. Deste modo merece conhecimento.

II- DOS FATOS

O agente público fez publicar edital de licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 14/2018, onde o objeto é a **AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO TIPO FURGÃO, PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE.**



A IMPUGNANTE tomou conhecimento da publicação do edital, e ao analisá-lo, se deparou com exigência excessiva ao ponto de restringir a competitividade no certame licitatório conforme elencado abaixo:

a) 2.3 - Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente as empresas constituídas em consórcios, pessoas físicas, e as EMPRESAS SEM CONCESSÃO DE COMERCIALIZAÇÃO FORNECIDA PELO FABRICANTE DO VEÍCULO, NOS TERMOS DO ART. 1º DA LEI 6.729/79 (LEI FERRARI) PARA ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA DE FORNECIMENTO DE VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO.

b) Proibição de participação de empresas sem a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari), para atendimento da exigência de fornecimento de veículo novo, zero quilometro.

Esta é a síntese necessária

III- DO DIREITO

Referente as cláusulas exigidas na alínea “a” e “b”, a própria Lei de Licitações veda aos agentes públicos a possibilidade de incluir cláusulas que estabeleçam preferências ou distinções que comprometam o caráter competitivo.

Vejamos o que diz a Lei de licitações nº 8666/93, em seu art. 3º:

Art. 3º, § 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

É imperioso destacar que, a Constituição Federal art. 170, caput e inciso IV preconizam a **LIVRE CONCORRÊNCIA**, **donde se conclui que qualquer ato contrário é**



incompatível com tal regime, **e constitui reserva de mercado**. De outro lado a Lei de Licitações 8.666/93, estabelece a competitividade como um dos princípios do procedimento licitatório, transcreve:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse mesmo sentido, vejamos o acórdão do Tribunal de Contas da união;

GRUPO I - CLASSE VII – Plenário

TC.018.833/2011-0

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. EMPRESA LICITANTE. EXIGÊNCIA RESTRITIVA A COMPETITIVIDADE. PROCEDÊNCIA. ANULAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS NA FASE DE HABILITAÇÃO, SOB PENA DE ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES.

A exigência, no ato convocatório, de que as empresas licitantes apresentem declaração, emitida pelo fabricante ou por distribuidor dos equipamentos ofertados, de que possuem autorização para comercialização e prestação dos serviços de assistência técnica, restringem o caráter competitivo da licitação e contraria os arts. 3º, S 1º, inciso I, e 30 da Lei n. 8.666/1993.

[...] Contudo, é clara a jurisprudência desta Corte de Contas sobre a questão em debate, no sentido de vedar a inclusão em edital, como condição de habilitação ou de classificação, de exigência de declaração de que a licitante é distribuidora ou revendedora autorizada do equipamento ofertado ou de apresentação de carta de solidariedade, por carecer de amparo legal e por restringir a competitividade do certame, em afronta ao disposto no art. 3º, S 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993 (Acórdãos - TCU ns. 539/2007, 1731/2008 e 1979/2009, do Plenário).

[...] determinar ao Crea/SP que:

[...] sob pena de anulação do Pregão Presencial n. 4/2011, adote, no prazo de 15 (quinze) dias, as medidas cabíveis com vistas à invalidação dos atos praticados na fase de habilitação do certame pelos quais foram desclassificados participantes em virtude do não atendimento ao subitem 10.2.1.1 do edital, uma vez que tal exigência não tem fundamentação legal;

Irresignadas diante de tal injustiça, algumas das empresas prejudicadas por tal exigência recorreram ao Tribunal de Contas da União – TCU, que tem se posicionado contra a exigência de qualquer documentação se não a prevista no art. 14 do Decreto n.º 5.450/2005 e nos arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93, o que exclui o direito à exigência de carta de solidariedade do fabricante.

Vejamos algumas das decisões proferidas pelo TCU acerca da exigência da Carta do fabricante:



1. Para habilitação de licitantes em pregão eletrônico, deve ser exigida, exclusivamente, a documentação disposta no art. 14 do Decreto nº 5.450/2005. Dessa forma, **indiscutível é a falta de amparo legal para exigência de declaração do fabricante do produto como condição para habilitação, o que conduz à anulação do processo licitatório.** (TCU. ACÓRDÃO 1729/2008 – Plenário. Ministro Relator Valmir Campelo. Dou 22/08/2008) (grifou-se)

2. [...] **é indevida a exigência de documentação não especificada no art. 14 do Decreto n.º 5.450/2005 e nos arts. 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93 para a habilitação nas licitações do tipo pregão eletrônico.**

[...] Para o Tribunal, **essa exigência tem caráter restritivo porque deixa ao arbítrio do fabricante a indicação de quais representantes poderão participar do certame. No Acórdão n.º 1.676/2005-Plenário, o Tribunal assinalou que "a Administração não deve interferir nas negociações comerciais entre o fabricante e o comerciante (potencial licitante), já que a relação entre eles se funda em regras de direito civil ou comercial, a depender do caso."** O responsável, de certa forma, confirma esse posicionamento do Tribunal quando afirma que a equipe técnica não detém faculdade de questionar as razões que levam o fabricante a conceder ou não a carta aos licitantes.

[...] Portanto, é desnecessário o pedido, por parte da Administração, de declaração do fabricante, pois a Lei já determina que existe essa solidariedade.

[...] No entender deste Tribunal, a **Administração Pública deve ater-se ao rol dos documentos elencados nos arts. 27 a 31 da Lei de Licitações para fins de habilitação, não sendo lícita a exigência de nenhum outro documento que não esteja ali apontado (Decisão n.º 202/1996 - Plenário, Decisão n.º 523/1997 - Plenário, Acórdão n.º 1.602/2004 - Plenário, Acórdão n.º 808/2003 - Plenário) considerando que a carta não integra a relação de documentos dos artigos mencionados, não se contempla a possibilidade de sua exigência.**[...] (TCU. ACÓRDÃO 2404/2009 - Segunda Câmara. Ministro Relator José Jorge. Sessão 12/05/2009) (grifou-se).

2. [...] **é clara a jurisprudência desta Corte de Contas sobre a questão em debate, no sentido de vedar a inclusão em edital, como condição de habilitação ou de classificação, de exigência de declaração ou de apresentação de carta de solidariedade, por carecer de amparo legal e por restringir a competitividade do certame, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993 (Acórdãos - TCU n. 2.375/2006 - 2ª Câmara, e ns. 423/2007, 539/2007, 1729/2008, 1731/2008 e 1979/2009, do Plenário).**

10. Nesse sentido, apenas a título ilustrativo, oportuno transcrever excerto do Voto condutor prolatado pelo Exmº Sr. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, ao relatar o TC 031.876/2008-3 (Acórdão n. 1.979/2009 - TCU -Plenário), que adotou esse entendimento:

"7. Retornando ao caso concreto, **considero desarrazoada a exigência de declaração do fabricante dos equipamentos instalados no MJ de que a empresa vencedora do Pregão tem plenas condições técnicas para executar os serviços, bem como é representante legal e está autorizada a**



comercializar os produtos e serviços objeto do termo de referência, porquanto tal imposição não se mostra compatível com o mandamento constitucional que veda a exigência de qualificações técnicas e econômicas não indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações do contrato (art. 37, XXI, da CF).

8. Com efeito, essa condição contrapõe-se ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, haja vista ser vedada a inclusão de cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

9. Consoante bem ressaltou a unidade técnica, **a exigência em tela não consta do rol de documentos previsto no art. 30 da Lei de Licitações, podendo, portanto, ser taxada, de impertinente, subsumindo-se ao descrito no art. 3º acima mencionado.**

10. Demais disso, ela confere poder demasiado e irrestrito ao fabricante dos equipamentos, o qual poderia, por questões mercadológicas, comerciais ou outras quaisquer, simplesmente deixar de "habilitar" algumas empresas tecnicamente aptas para a prestação dos serviços ou, ainda, escolher determinados "parceiros" que considere mais adequados para representá-la e comercializar seus produtos e serviços, em detrimento de outras empresas com iguais capacidades técnicas.

11. Portanto, tem-se por vulnerado, nessa situação, o princípio da isonomia, bem como o da ampla competitividade, eis que a exigência em comento limita a participação no certame às empresas "credenciadas" pela fabricante dos equipamentos instalados no Ministério da Justiça, sem qualquer respaldo legal para tanto." (TCU. **ACÓRDÃO 2174/2011** – Plenário. Ministro Relator: Marcos Bemquerer Costa. Dou 17/08/2011).(grifou-se)

2. REPRESENTAÇÃO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO. ANULAÇÃO DO CERTAME. DETERMINAÇÕES. COMUNICAÇÕES.

1. Não é lícita, em processo de licitação, a exigência da chamada "carta do fabricante" ou "declaração do fabricante", uma vez que restringe o caráter competitivo do certame.

2. No certame licitatório, os documentos que podem ser exigidos quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art.

7º da Constituição Federal estão adstritos àqueles previstos nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993.

3. O edital de licitação somente poderá exigir qualificações técnicas e econômicas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento da obrigação (TCU. **ACÓRDÃO 2056/2008** – Plenário. Ministro Relator: Raimundo Carreiro. Dou 19/09/2008).(grifou-se).

A exigência da apresentação de **Contrato de Concessão do fabricante** é **afastada pelo Tribunal de Contas da União por falta de amparo legal e por se tratar de cláusula restritiva ao caráter competitivo das licitações**, visto que, em princípio, tal documento é acessível somente a concessionárias autorizadas das fabricantes, e de nada a sua não apresentação traria prejuízo a tal erário tão qual a garantia do cumprimento das obrigações advindas dos contratos a serem celebrados. Precedentes: (**Acórdãos 423/2007 e 223/2006**).



A Lei nº 6.729/1979 (Lei Ferrari), que regula a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre, diz que:

Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.

(...)

Art. 15. O concedente poderá efetuar vendas diretas de veículos automotores.

I- independentemente da atuação ou pedido do concessionário:

(...)

b) a outros compradores especiais, nos limites que forem previamente ajustados com sua rede de distribuição;

É fato, a Lei Ferrari, veda em seu art. 12, que concessionários venham a vender veículos para fins de revenda. **Mas não veda ao concedente (fabricante/montadora) a venda de veículos a outros compradores especiais (revendas multimarcas/não concessionários)**, o que se é percebido claramente em seu art. 15, destacado acima.

Vejamos um trecho do parecer que teve o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no processo 0012538-05.2010.8.26.0053, (em anexo todo o parecer que foi utilizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina), quanto a aplicação da Lei 6.729/79 (Lei Ferrari) para comercialização de veículos em procedimentos licitatórios:

A Lei 6.729/79 não se aplica ao caso visto que vincula apenas as concessionárias e montadoras, e não a Administração pública nas contratações para aquisição de veículos. Como bem ressaltado pela litisconsorte necessária, "A lei não criou nas licitações uma classe especial de empresas concessionárias, para ela todas as empresas são iguais, respeitadas suas particularidades definidas pelo próprio ordenamento jurídico". (Processo 0012538-05.2010.8.26.0053 (053.10.012538-0) - Mandado de Segurança).

Nossos veículos, têm como origem a Fábrica (montadora), portanto nos enquadramos no artigo 15º desta. A garantia e assistência técnica permanecem inalteradas, bem como, esta IMPUGNANTE torna-se mais um a ser responsável solidário na cadeia comercial. **Para comprovar a origem de nossos veículos, anexamos cópias de nota fiscal de entrada (veículo comprado direto da fábrica) e saída (nota fiscal de saída, fornecida por nossa empresa ao órgão comprador para primeiro emplacamento) dos mesmos, que estão no ANEXO 02 com restante de documentação comprobatória.**



Vejamos qual é o conceito de veículos novos (zero quilômetros), que adota a Deliberação nº 64/2008 do CONTRAN:

2.12. VEÍCULO NOVO - veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, antes do seu registro e licenciamento.

Todos os veículos fornecidos por nossa empresa, tiveram seu primeiro registro (EMPLACAMENTO) e licenciamento em nome do município contratante, ou seja, sempre caracterizando veículo zero quilômetro. (em anexo diversos atestados técnicos comprovando nossa qualificação e nos mesmos sempre constando fornecido com primeiro emplacamento).

Portanto, o que se pretende é que a finalidade do certame possibilite a aquisição mais vantajosa para a Administração. Ocorre que, como demonstrado na presente impugnação, as exigências estabelecidas não se coadunam aos princípios da isonomia (igualdade), ferindo o caráter de competitividade e trazendo à baila a questão da economicidade.

MARÇAL JUSTEN FILHO NOS ESCLARECE QUE:

“[...] A incompatibilidade poderá derivar de a restrição ser excessiva ou desproporcionada às necessidades da Administração. Poderá, também decorrer da **inadequação entre a exigência e as necessidades da Administração**. O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. **Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão invalidadas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter “competitivo” da licitação [...]**”.

Por fim Senhores, demonstrado o “*periculum in mora*” que se caracterizará caso sejam convalidados as ilicitudes expressas no edital, bem como o “*fumus boni iuris*”, pelo qual demonstramos a partir da letra fria expressa em Lei, de jurisprudência, é de fundamental importância que sejam corrigidos os vício passíveis de nulidade e seja cumprida a Lei com a aplicação correta da Lei 8.666/1993.

IV- DO PEDIDO

Ex Positis, Seja recebida o presente recurso, para que conhecido, seja analisado seu mérito e ao final seja:

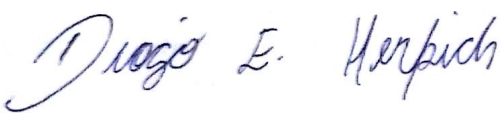


1 – Seja suprimido do edital a exigência:

a) 2.3 - Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente as empresas constituídas em consórcios, pessoas físicas, e as EMPRESAS SEM CONCESSÃO DE COMERCIALIZAÇÃO FORNECIDA PELO FABRICANTE DO VEÍCULO, NOS TERMOS DO ART. 1º DA LEI 6.729/79 (LEI FERRARI) PARA ATENDIMENTO DA EXIGÊNCIA DE FORNECIMENTO DE VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO.

b) Proibição de participação de empresas sem a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.729/79 (Lei Ferrari), para atendimento da exigência de fornecimento de veículo novo, zero quilometro.

TERMOS EM QUE PEDIMOS DEFERIMENTO.

<p>23 438 597/0001-56</p> <p>LC TRADE & CONSULTING DO BRASIL LTDA-ME RUA BRUNO WERNER STORCK, 725 - SALA 02 BAIRRO CANUDOS - CEP 93544-360 NOVO HAMBURGO - RS</p>	<p>Novo Hamburgo/RS, 29 de maio de 2018.</p> <p></p> <p>Diogo E. Herpich Vendas Especiais CPF 011.080.160-14 RG 2076614854</p>
--	---